

NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se o Boletim de Questões que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a **Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões** - 10 de Português, 10 de Legislação Municipal, 10 de Atualidades e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14h e término às 18h (horário local).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. É obrigatório que o candidato assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. **O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
11. Não será permitida, durante a realização da sua prova, comunicação entre os candidatos, nem utilização de máquinas calculadoras ou similares, de livros, de notas, de impressos ou consulta a qualquer material. Assim como, de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *databank*, agenda eletrônica, etc.) e acessórios de chapelaria. O candidato receberá do fiscal de sala saco plástico para guarda do material, que deverão, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira, junto com os acessórios de chapelaria – itens 7.16 e 7.17 do edital de abertura do concurso. O descumprimento dos itens anteriormente citados e outros definidos no Edital nº 001/2018-PMC, implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
12. O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60(sessenta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

Boa Prova!!!

PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Análise genética propõe novo rosto para Luzia: ela não era negra

Evidências associam o crânio do Museu Nacional à Cultura Clóvis, da pré-história dos EUA – e cravam que os traços do povo de Lagoa Santa (MG) eram mais próximos dos indígenas atuais.

Guilherme Eler

01 Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia,
02 pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu
03 Nacional do Rio de Janeiro. (...)

04 A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas,
05 ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída. Uma dupla de
06 estudos publicados nas revistas científicas *Cell* e *Science* reuniu novos
07 argumentos para defender a tese de que a representação não corresponde de
08 fato à forma como ela deveria ser retratada.

09 Quando estudava o crânio de Luzia ao final da década de 1980, o
10 antropólogo e ex-professor da USP (Universidade de São Paulo) Walter Neves
11 formulou uma hipótese sobre a origem da dona da ossada. Segundo Neves, as
12 características de seu crânio eram diferentes das dos povos indígenas atuais, o
13 que sinalizaria que Luzia pertenceu a um grupo de humanos que chegou à
14 América, também pelo estreito Bering, antes do grupo que deu origem aos
15 indígenas da época de Cabral. Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais
16 próxima da dos africanos negros. Por isso, o antropólogo forense britânico
17 Richard Neave, em 1996, reconstruiu sua face imaginando-a negra.

18 O que os novos estudos argumentam, porém, é que todos os indígenas
19 que já perambularam pelas Américas descendem de *uma única* população
20 humana. Natural do leste asiático, esse grupo ancestral teria chegado ao
21 continente cerca de 20 mil anos atrás. Ou seja: não houve nenhuma migração
22 anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum.

23 O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que
24 povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os
25 EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou
26 em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de
27 Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.

28 Essa relação entre os primeiros americanos do norte e os primeiros do sul
29 ficou clara pela análise de DNA de fósseis. Um esqueleto de 10 mil anos,
30 encontrado em uma caverna do estado de Nevada, nos EUA, foi comparado com
31 ossos da mesma idade naturais de Lagoa Santa. Mesmo distantes mais de 10 mil
32 quilômetros, eram muito parecidos geneticamente. (...)

33 Depois de alguns de milhares de anos, uma *nova* onda migratória, distinta
34 da Cultura Clóvis, desceu para a América do Sul e tomou conta de tudo. A
35 população a que pertencia Luzia sumiu, assim como os Clóvis do norte, que são
36 verificados pela última vez há 9 mil anos. Foram duas ondas, de fato, mas ambas
37 originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que
38 contraria a hipótese de Neves.

39 O processo que permitiu tais conclusões envolveu a participação de uma
40 equipe internacional de 72 pesquisadores. Deles, 17 são brasileiros. Os autores
41 se basearam na análise do genoma de 49 fósseis, achados em 15 sítios
42 arqueológicos do Brasil, Argentina, Belize, Chile e Peru.

43 “Por mais acostumados que estejamos com a tradicional reconstrução
44 facial de Luzia, com traços fortemente africanos, essa nova imagem reflete de
45 forma muito mais precisa a fisionomia dos primeiros habitantes do Brasil,
46 apresentando traços generalizados e indistintos a partir dos quais, ao longo dos
47 milhares de anos, a grande diversidade ameríndia se estabeleceu”, explicou
48 André Strauss, arqueólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da USP
49 em entrevista à BBC Brasil. (...)

- 01** As pesquisas de que trata o texto resultaram na descoberta de que
- (A) a descrição física de Luzia era equivocada.
 - (B) a origem de Luzia ainda é desconhecida.
 - (C) Luzia viveu na época de Pedro Álvares Cabral.
 - (D) Luzia não pertencia à Cultura Clóvis.
- 02** De acordo com o texto, os novos estudos indicam que
- (A) nossos ancestrais chegaram ao território brasileiro há 20 mil anos.
 - (B) o povo a que pertencia Luzia deu origem aos norte-americanos.
 - (C) os indígenas americanos do norte e do sul têm a mesma origem.
 - (D) a comunidade de Luzia foi dizimada por imigrantes do leste asiático.
- 03** A pesquisa teve como base
- (A) novos estudos do DNA do fóssil de Luzia.
 - (B) achados de uma equipe multinacional.
 - (C) descobertas após o incêndio do Museu Nacional.
 - (D) a cooperação de um antropólogo forense.
- 04** No *lead*, o pequeno texto que ocorre após o título, o verbo *cravar* é sinônimo de
- (A) *fixar*.
 - (B) *destacar*.
 - (C) *estabelecer*.
 - (D) *assegurar*.
- 05** Em *Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia, pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. (linhas 1 a 3), o termo grifado refere-se a
- (A) *atualização*.
 - (B) *imprensa*.
 - (C) *crânio*.
 - (D) *Museu Nacional*.
- 06** O trecho em que uma palavra foi empregada em sentido conotativo é
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5).
 - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16).
 - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24).
 - (D) *Mesmo distantes mais de 10 mil quilômetros, eram muito parecidos geneticamente*. (linhas 31 e 32).
- 07** O ponto que separa os dois períodos **NÃO** poderia ser substituído por vírgula em
- (A) *Ou seja: não houve nenhuma migração anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum* (linhas 21 e 22).
 - (B) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul* (linhas 23 a 26).
 - (C) *Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis* (linhas 26 e 27).
 - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que contraria a hipótese de Neves* (linhas 36 a 38).

- 08** O agente da ação expressa pelo verbo grifado está corretamente indicado em
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5) → boneco.
 - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16) → Luzia.
 - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24) → América.
 - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering* (linhas 36 e 37) → migração.

- 09** Em *Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul.* (linhas 24 a 26), a palavra grifada é
- (A) advérbio.
 - (B) pronome.
 - (C) conjunção.
 - (D) interjeição.

- 10** O trecho *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.* (linhas 23 a 27) é
- (A) argumentativo.
 - (B) descritivo.
 - (C) narrativo.
 - (D) dissertativo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- 11** Nos termos da Lei n. 17.331/2008, além do vencimento e das vantagens previstas em lei, serão deferidos ao servidor adicionais. Sobre esses adicionais, é correto afirmar que
- (A) o adicional de férias será devido aos servidores estáveis e aos estabilizados à razão de 5,25% calculadas sobre o salário-base, a cada 3 (três) anos de serviço público efetivo prestados apenas aos poderes do município.
 - (B) o adicional de insalubridade ou de periculosidade será concedido a servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida.
 - (C) o adicional de nível superior consistirá no pagamento de um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração.
 - (D) os adicionais são exclusivos de servidores públicos dos estados ou da União.
- 12** Caso o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá deseje realizar atividades políticas partidárias, deve considerar que,
- (A) do período entre a escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, terá direito à licença com remuneração.
 - (B) a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, fará jus à licença sem remuneração.
 - (C) candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de provimento em comissão ou função de confiança ou cujas atividades estejam voltadas para a arrecadação ou a fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao do pleito.
 - (D) caso eleito para o cargo de prefeito, poderá receber as duas remunerações somadas, como servidor e como prefeito.

- 13** Sobre a possibilidade de o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá ausentar-se do serviço, é correto afirmar que poderá ausentar-se por
- (A) oito dias consecutivos para doação de sangue.
 - (B) oito dias consecutivos para alistar-se como eleitor.
 - (C) um dia por casamento.
 - (D) oito dias consecutivos pelo falecimento de irmão.
- 14** Sabe-se que o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá necessita prezar por uma conduta profissional adequada, em harmonia com princípios. NÃO compreende princípio de conduta profissional desses servidores
- (A) o decoro.
 - (B) a dignidade.
 - (C) a consciência dos princípios morais.
 - (D) a desproporcionalidade.
- 15** Estabelece uma proibição ao servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá
- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo com prévia autorização do chefe imediato.
 - (B) valer-se do cargo para cumprir seus deveres enquanto servidor.
 - (C) atuar como procurador junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de seu cônjuge.
 - (D) utilizar recursos materiais da repartição em atividades particulares.
- 16** Por conta de seus atos como servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá, o servidor pode ser responsabilizado civil, penal e administrativamente. Sobre essa responsabilização, é correto afirmar que
- (A) as sanções civis, penais e disciplinares, via de regra, poderão acumular-se, pois são independentes entre si.
 - (B) o dano que o servidor público causa a terceiro será arcado pela Fazenda Pública, que não poderá em ação regressiva obter indenização do servidor.
 - (C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, caso o servidor, na esfera penal, obtenha absolvição por negativa de autoria.
 - (D) o servidor não possui responsabilidade civil, eis que está regulamentada apenas sua responsabilidade penal e administrativa.
- 17** São sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá:
- (A) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e assédio moral.
 - (B) advertência, tortura, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
 - (C) advertência, suspensão, retratação, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
 - (D) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
- 18** Sobre as sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que
- (A) a advertência pode ser aplicada, quando o servidor cometer improbidade administrativa.
 - (B) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor receber propina em razão das suas atribuições.
 - (C) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor promover manifestação de despreço no recinto da repartição.
 - (D) a suspensão pode ser aplicada, quando o servidor promover desvio de dinheiro público.

19 Sobre o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que

- (A) o procedimento administrativo disciplinar ordinário será apropriado, quando for detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, compreendendo as seguintes fases: instauração, instrução sumária e julgamento.
- (B) o procedimento administrativo disciplinar sumário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (C) o procedimento administrativo disciplinar ordinário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (D) a autoridade que instaurar o procedimento não deverá comunicar ao Ministério Público, havendo indícios da prática de crime durante o procedimento disciplinar ordinário.

20 Durante o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, poderá ser determinado o afastamento preventivo do servidor. Sobre essa possibilidade, é correto afirmar que a autoridade que instaurar o processo administrativo disciplinar, para evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade,

- (A) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (B) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, com a perda da sua remuneração.
- (C) sempre ordenará o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (D) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração, prazo este que não pode ser prorrogado em nenhuma hipótese.

ATUALIDADES

21 O estado do Pará tem no extrativismo, mineral e vegetal, uma de suas principais atividades econômicas, sendo a mineração predominante na região sudeste do estado, onde se situa o Município de Marabá. Mas em função da chamada Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências), estados produtores de minério perderam em arrecadação dessa atividade, porque a lei

- (A) isenta de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços.
- (B) retira dos estados a competência de instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (C) transferiu para os municípios a arrecadação de ICMS relativo à produção mineral.
- (D) define que os estados passam a dividir com a União os impostos arrecadados com a exportação de produtos primários e produtos industrializados semielaborados ou serviços.

RASCUNHO

22 Consta na Lei Orgânica do Município de Marabá, em seu artigo 8º, que o município poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos, a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos, de acordo com a lei. Conforme o Plano Diretor Participativo do Município, revisado por meio da Lei nº 17.846, de 29 de março de 2018, “a organização municipal é definida por 12 (doze) Distritos administrativos, um Distrito Sede Municipal e 11 (onze) Distritos que abrangem a zona rural”. Segundo essa lei, o Distrito Sede Municipal subdivide-se em

- (A) Cidade Nova, Industrial, Morada Nova, Nova Marabá, São Felix e Velha Marabá.
- (B) Núcleo Marabá Pioneira, Núcleo Cidade Nova, Núcleo Nova Marabá, Núcleo São Félix, Núcleo Morada Nova, Zona de Expansão Urbana Nova Marabá, Zona de Expansão Urbana Cidade Nova Distrito Industrial de Marabá - Fases I e II e Distrito Industrial - Fase III.
- (C) Distrito de Murumuru, Distrito de Brejo do Meio, Distrito de Santa Fé, Distrito de Três Poderes e Distrito da Vila União.
- (D) Distrito de Capistrano de Abreu, Distrito de Josinópolis, Distrito de Sororó, Distrito de Alto Bonito, Distrito de Carimã e Distrito de Itainópolis.

23 A Amazônia brasileira é uma região com muitas peculiaridades sociais, culturais e econômicas e essas peculiaridades requerem uma ação estatal planejada para toda a região, visando a seu desenvolvimento econômico-social, mas também à preservação de seus ecossistemas. Por isso foi instituído, em 1953, o conceito de Amazônia Legal, que inclui vários estados brasileiros. Compõem, hoje, a chamada Amazônia Legal, os seguintes estados:

- (A) Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima.
- (B) Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão.
- (C) Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e parte do estado do Maranhão.
- (D) Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Maranhão e parte dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins.

24 A educação nacional é regida pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que define, entre outras coisas, as obrigações da União, dos estados e dos municípios para a oferta de educação regular. Conforme essa legislação, cabe aos municípios, entre outras coisas,

- (A) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.
- (B) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (C) assegurar a educação básica na forma de Educação de Jovens e Adultos para todos os que não a concluíram na idade própria.
- (D) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

25 Conforme a mesma legislação citada na questão anterior, a LDB, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 17 (dezesete) anos de idade.
- (B) educação infantil gratuita às crianças de 2 até 7 (sete) anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.
- (D) ensino superior gratuito para todos os que não o concluíram na idade própria.

RASCUNHO

26 A inclusão digital é o processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação e de comunicação e, apesar do aumento no número de domicílios brasileiros conectados à internet, ainda é um desafio no Brasil. Uma das formas de se promover a inclusão digital é difundindo o uso de softwares de código abertos. Sobre esses softwares, é correto afirmar que são aqueles

- (A) que o usuário adquire, passando a ter total liberdade para fazer o que deseja, como alterar o código, repassá-lo ou criar uma versão pessoal.
- (B) que são licenciados com direitos exclusivos para o produtor.
- (C) cujo código está disponível para download por qualquer pessoa, que passa a ter a possibilidade de desenvolvê-los.
- (D) desenvolvidos por empresas que se submeteram a licitações abertas.

27 Segundo o Portal Energia (<https://www.portal-energia.com/fontes-de-energia/>, acessado em 29/11/2018), as fontes de energia renovável são “aquelas em que a sua utilização e uso é renovável e pode-se manter e ser aproveitado ao longo do tempo sem possibilidade de esgotamento dessa mesma fonte”. Uma fonte de energia renovável é a energia do(a)

- (A) carvão.
- (B) petróleo.
- (C) gás natural.
- (D) biomassa.

28 Israel e Palestina são dois estados em contínuo conflito, originado, entre outros fatores, pela anexação por Israel da chamada Faixa de Gaza, durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. A Faixa de Gaza é

- (A) um território disputado na península balcânica, correspondente, grosso modo, à região conhecida como Dardânia na Antiguidade.
- (B) um arquipélago, também chamado de *Falkland*, localizado no sul do oceano Atlântico, na plataforma continental da Patagônia.
- (C) o território que integrava a parcela remanescente da Palestina histórica, a qual foi dividida em três partes.
- (D) uma estreita extensão territorial localizada no Oriente Médio e que faz fronteira com o Egito e Israel.

29 "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet" foi o tema da redação do ENEM neste ano de 2018. Ele se relaciona com os muitos casos de *fake news* utilizados nas últimas eleições presidenciais do Brasil. Sobre os *fake news*, é correto afirmar que

- (A) são produzidos por *hackers*, pessoas com muito conhecimento de informática e internet, que buscam promover confusão para facilitar a invasão de sistemas de segurança e a modificação de dados em computadores.
- (B) são notícias falsas divulgadas com a intenção deliberada de promover a desinformação ou proliferação de boatos.
- (C) são disseminados pelos *followers* (seguidores), que, de maneira geral, são usuários que se inscrevem em uma rede social a fim de receber as suas principais atualizações.
- (D) ainda não existe no Brasil uma legislação que permita a punição de crimes digitais, tais como a divulgação deliberada de *fake news*.

30 Um dos grandes problemas mundiais na atualidade é o que fazer com o lixo produzido. São mais de 1,4 bilhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos produzidos anualmente, uma média de cerca de 1,2 kg por dia per capita. Para favorecer o reaproveitamento de materiais, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – estabeleceu um padrão de cores para os diferentes tipos de resíduos, a partir de parâmetros internacionais, de modo a facilitar a reciclagem. O padrão definido pelo CONAMA é:

- (A) **Amarelo** - vidro / **Azul** – plástico / **Verde** – metais / **Vermelho** – papel e papelão.
- (B) **Amarelo** - plástico / **Azul** – metais / **Verde** – papel e papelão / **Vermelho** – vidro.
- (C) **Amarelo** - metais / **Azul** – papel e papelão / **Verde** – vidro / **Vermelho** – Plástico.
- (D) **Amarelo** – papel e papelão / **Azul** – vidro / **Verde** – plástico / **Vermelho** – metais.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

31 A Lei nº 6.404/76, cognominada de lei das S/A, foi alterada pela Lei nº 11.638/07 e isto acarretou grandes mudanças na contabilidade brasileira. Em relação ao conceito e consequente registro do ativo, NÃO está relacionada a esta alteração a afirmação de que

- (A) a propriedade jurídica não é fundamental.
- (B) a empresa deve usufruir os benefícios e riscos advindos do controle.
- (C) é fundamental o exercício do controle por parte da entidade sobre o bem.
- (D) deve existir um documento formal-fiscal que comprove a propriedade da empresa sobre o bem.

32 O instrumento previsto na Lei nº 11.941/09, que passou a considerar, para efeitos fiscais, as regras tributárias existentes no final de dezembro de 2007, até que o governo da União, por meio de lei, se manifestasse sobre os procedimentos contábeis e fiscais advindos da convergência da contabilidade brasileira as normas internacionais de contabilidade, é o

- (A) Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e.lalur).
- (B) Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- (C) Escrituração Contábil Digital (ECD).
- (D) Regime Tributário de Transição (RTT).

33 As normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) ainda estão em fase de implantação no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos órgãos reguladores. Elas têm algumas características básicas. NÃO é característica básica deste processo de implantação o(a)

- (A) maior julgamento e a maior análise.
- (B) preocupação com a filosofia dos princípios básicos a serem seguidos pelo raciocínio contábil.
- (C) prevalência do aspecto formal, legal e jurídico, em relação à natureza econômica no registro dos fatos, quando ocorrer dúvida ou conflito.
- (D) atenção muito mais com os princípios do que com as regras.

34 Os critérios de avaliação dos ativos e registros dos passivos são aplicados dentro do regime de competência. O critério ou método a ser usado na avaliação de produtos agrícolas e em certas *commodities* é o

- (A) custo de aquisição deduzidos da exaustão.
- (B) método da equivalência patrimonial.
- (C) valor justo.
- (D) custo menos estimativa para perdas.

35 Uma empresa recebe uma subvenção da prefeitura do município em forma de um terreno para construir uma fábrica e o contrato firmado com a prefeitura prevê que o terreno será da empresa após gerar, pelo menos, 500 empregos aos munícipes. Diante deste fato econômico, o procedimento correto do profissional de contabilidade da empresa que recebeu o terreno em doação é

- (A) contabilizar no ativo imobilizado somente quando a propriedade do terreno for transferida pela prefeitura.
- (B) considerar como contrapartida credora a conta de ajuste de avaliação patrimonial, conta essa que compõe o patrimônio líquido.
- (C) contabilizar a contrapartida credora, no ato da doação, como receita, o que impactará o resultado.
- (D) considerar como valor de registro o valor de mercado, valor que corresponde ao valor que surge, caso a empresa tivesse que pagar pelo terreno de outrem.

RASCUNHO

36 A Demonstração dos Fluxos de Caixa(DFC) possibilita inúmeras avaliações por parte dos usuários. NÃO possibilita avaliação propiciada pela DFC

- (A) a capacidade da empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa.
- (B) a relação de aplicação de recursos em ativos totais originada do capital de terceiros e do capital próprio.
- (C) a taxa de conversão de lucros em caixa.
- (D) o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa.

37 Empresa constituída sob natureza jurídica de sociedade anônima de capital aberto possui participação no capital de outra sociedade e, por esta participação recebeu dividendos. O contador da sociedade anônima tem dúvida de como registrar este recebimento na Demonstração dos Fluxos de caixa. Esta entrada deve ser registrada no fluxo

- (A) Investimento.
- (B) Financiamento.
- (C) Operacional.
- (D) Misto.

38 A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória no Brasil, porém com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, que alterou a lei das sociedades anônimas, tornou obrigatória a elaboração e divulgação da DVA para as sociedades anônimas de capital aberto. Neste contexto, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa devem ser registradas no grupo da DVA denominado

- (A) insumos adquiridos de terceiros.
- (B) valor adicionado recebido em transferência.
- (C) receita.
- (D) distribuição do valor adicionado.

39 Profissional de contabilidade possui dúvida de como registrar no subgrupo “Distribuição do Valor Adicionado-remuneração de capital de terceiros” as variações cambiais pagas pela empresa e relativas a contrato de aquisição, em moeda estrangeira, de bens a prazo. Essas variações devem ser registradas como

- (A) juros.
- (B) aluguéis.
- (C) juros sobre o capital próprio.
- (D) dividendos.

40 Empresa madeireira ribeirinha localizada no município de Breves, na ilha do Marajó - Pará, possui experiência de que, a cada quatro anos, ocorre enchente que danifica seus maquinários. É possível que esse fato ocorra em 2019. Em relação a este fato, deverá ser constituído na contabilidade da empresa, em relação ao Balanço Patrimonial elaborado em 31/12/2018,

- (A) uma provisão para esta provável perda, registrada no passivo circulante.
- (B) uma conta com saldo credor no ativo não circulante-imobilizado, retificando a conta máquinas e equipamentos.
- (C) uma reserva para contingências como tipo de reserva de lucros, contabilizada no patrimônio líquido.
- (D) conta no ativo circulante, com saldo credor e sob rubrica de provisão para perdas duvidosas.

41 Quanto a importância do orçamento na área pública, é INCORRETO afirmar que

- (A) a Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder legislativo e a sua disponibilização à sociedade.
- (B) a sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.
- (C) a elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.
- (D) as variações entre os valores orçados e os efetivamente realizados são alvo de ações corretivas, e o gestor público que não corrigir as variações desfavoráveis será alvo de penalidade cível por sua gestão negligente.

- 42** A espécie de receita pública corrente que, quanto à procedência, trata-se de receitas originárias, e espécie de receita advinda da cessão de direitos pela entidade pública é classificada como
- (A) contribuições.
 - (B) patrimonial.
 - (C) industrial.
 - (D) agropecuária.
- 43** Na área pública um ativo intangível pode ser reavaliado. NÃO é possível realizar esta reavaliação, quando
- (A) corresponde ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada.
 - (B) o bem intangível não tenha sido previamente reconhecido como ativo.
 - (C) o valor justo é apurado em relação a um mercado ativo.
 - (D) o valor inicial de reavaliação de intangíveis é o valor do custo.
- 44** A entidade pública deve avaliar se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível possa ter sofrido perda por irrecuperabilidade. Quanto à perda por irrecuperabilidade, é INCORRETO afirmar que
- (A) esse ativo está em imparidade (*impairment*), caso seu valor contábil apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda.
 - (B) a execução de um teste de imparidade deve considerar primeiramente a utilidade do ativo, pois a maioria dos ativos do setor público é mantida continuamente para fornecer serviços ou bens públicos, sendo o seu valor em uso provavelmente maior do que seu valor justo menos os custos de alienação.
 - (C) a redução ao valor recuperável tem o mesmo sentido da depreciação, já que esta é entendida como o declínio gradual do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração.
 - (D) a redução ao valor recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil, este deverá ser ajustado.
- 45** Na área pública a depreciação dos bens tangíveis pode ser vista como o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração. Nesse contexto, NÃO é causador da depreciação a(o)
- (A) deterioração física.
 - (B) desgaste pelo uso.
 - (C) desvalorização pelo mercado.
 - (D) obsolescência.
- 46** O profissional de contabilidade, para atuar como auditor independente, deve ter, como a titulação expressa, independência. Essa independência
- (A) abrange a independência do pensamento.
 - (B) não tem relação com a aparência.
 - (C) garante a habilidade de formar uma conclusão de asseguarção sem ser afetado por influências que possam comprometer essa conclusão.
 - (D) aprimora a habilidade de agir com integridade, ser objetivo e de manter atitude de ceticismo profissional.
- 47** O cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas em auditoria requer, entre outras coisas, que a firma-cliente estabeleça e mantenha um sistema de controle de qualidade. Esse sistema deve incluir políticas e procedimentos. Entre eles NÃO faz(fazem) parte
- (A) o sistema de contabilidade alicerçado na tecnologia *blockchain*.
 - (B) as exigências éticas relevantes.
 - (C) os recursos humanos.
 - (D) o monitoramento.

48 Asseguração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis. O resultado da mensuração ou avaliação do objeto é a informação que resulta da aplicação do critério ao objeto. NÃO se refere ao resultado da mensuração e avaliação aplicada ao objeto do trabalho de auditoria

- (A) a conclusão sobre a eficácia do controle interno (resultado), decorrente da avaliação da eficácia do processo de controle interno da entidade (objeto), ao aplicar os critérios aplicáveis.
- (B) a mensuração da plataforma tecnológica (objeto), decorrente da avaliação dessa plataforma por meio da Lei de Metacalfe, que consegue medir o efeito de rede(resultado).
- (C) as demonstrações contábeis (resultado), resultantes da mensuração da posição patrimonial e financeira da entidade, do desempenho e dos fluxos de caixa (objeto), ao aplicar a estrutura de relatórios financeiros aplicáveis (critério).
- (D) as mensurações de desempenho específicas à entidade (resultado), decorrentes da mensuração de vários aspectos de desempenho (objeto), ao aplicar as metodologias de mensuração aplicáveis (critério).

49 O auditor independente, tanto como pessoa física quanto como pessoa jurídica, é aquele que conduz o trabalho, aplicando habilidades e técnicas de asseguração para obter segurança razoável ou limitada, conforme adequado, sobre a informação do objeto, verificando se ela está livre de distorções relevantes. Em relação ao trabalho do auditor independente, é INCORRETO afirmar que

- (A) o trabalho não deve ser aceito, se o conhecimento preliminar sobre as circunstâncias do trabalho indicar que os requisitos éticos referentes à competência não serão cumpridos.
- (B) os requisitos éticos referentes a competências, em alguns casos, podem ser cumpridos pelo auditor independente, ao utilizar o trabalho de especialista.
- (C) o auditor independente divide a responsabilidade pela conclusão de asseguração emitida, e essa responsabilidade é reduzida pelo uso que ele faça de seu especialista ou de outros auditores.
- (D) o auditor independente pode aceitar as constatações ou conclusões do especialista como evidências adequadas, se concluir que o trabalho do especialista seguiu as normas aplicáveis e foi adequado aos propósitos do auditor.

50 A natureza e a extensão das atividades de planejamento de auditoria variam conforme o porte e a complexidade da entidade a ser auditada, a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade e as mudanças nas circunstâncias que ocorrem durante o trabalho de auditoria. Em relação ao planejamento de auditoria, é INCORRETO afirmar que

- (A) é uma fase isolada da auditoria.
- (B) começa, na maioria das vezes, logo após conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual.
- (C) considera a época de certas atividades e procedimentos de auditoria que devem ser concluídos antes da realização de procedimentos adicionais de auditoria.
- (D) inclui a necessidade de considerar a natureza e a extensão das atividades de planejamento, antes da identificação e avaliação pelo auditor dos riscos de distorções relevantes.

RASCUNHO